

# Poder Popular

Director: Fernando Ribeiro Mendes

Órgão do Movimento de Esquerda Socialista

Ano I N.º 24 (Nova Série) 13 de Janeiro de 1976 4\$00

## QUE RAIÃO DE DEMOCRACIA É ESTA?



DESEMPREGO \_\_ centenas de milhares

MILITARES REVOLUCIONÁRIOS \_\_ presos

CONTRATAÇÃO COLECTIVA \_\_ suspensa

APARELHO REPRESSIVO \_\_ GNR, PSP \_\_ reforçado

CUSTO DE VIDA \_\_ inflação galopante

SALÁRIOS \_\_ congelados

FASCISTAS \_\_ organizam-se

PIDES E REACCIONÁRIOS \_\_ são libertados

REFORMA AGRÁRIA \_\_ atacada

PATRÕES \_\_ reorganizam-se, exploram e reprimem

INFORMAÇÃO \_\_ pluralista? de direita!

LIBERDADES \_\_ condicionadas

FORÇAS ARMADAS \_\_ profissionalizadas

ELEIÇÕES BURGUESAS \_\_ qualquer dia há mais...

SOCIALISMO \_\_ continua-se a falar dele

CAPITALISMO \_\_ continua a existir

FASCISMO \_\_ aproxima-se com pézinhos de lã,  
qual lobo disfarçado de cordeiro.

## A LUTA CONTINUA



**Socialismo, sim!  
Capitalismo, não!**

**Liberdade para os revolucionários!  
Repressão para os reaccionários!**



Reiniciamos, neste número,  
a publicação de extractos das principais teses  
e documentos que servem de base  
à intensa discussão preparatória  
do nosso II Congresso Nacional

# O MES e a luta pelo Partido Revolucionário da Classe Operária

Assim, a luta pela edificação do Partido Revolucionário da Classe Operária tem de constituir um objectivo consciente na prática política do MES e dos seus militantes; há que combater as concepções espontaneístas que colocam a edificação do Partido como um mero corolário da luta de massas (desprezando a actuação consciente na luta por esse objectivo por parte dos militantes comunistas)

## 1. Necessidade histórica do Partido Revolucionário da Classe Operária.

As condições históricas do desenvolvimento capitalista geraram importantes diferenças no seio da classe operária e ainda uma imensa massa de assalariados não produtivos cujos interesses, contraditórios com os dos exploradores, permitem que a classe operária na sua luta emancipadora os escolha como aliados, para além dos pequenos produtores independentes.

Para unir a classe operária e chamar à luta sob a sua direcção as massas populares não proletárias é necessário uma acção dirigente, consciente e organizada. O Partido Revolucionário da Classe Operária é a organização que torna possível a vitória da revolução proletária e a consolidação dessa vitória. O Partido é a vanguarda organizada da classe operária. O Partido é o centro organizador e dirigente das diversas formas do movimento popular na luta de classes (nos sindicatos, nas comissões de empresa, na luta de fábrica, nas cooperativas, nos campos, nos bairros, nas escolas, nas eleições, etc.). Só quando o proletariado é guiado por um Partido organizado, com fins claramente definidos, com um Programa revolucionário de acção susceptível de ser aplicado é que a conquista do Poder Político pode ser considerada não como um episódio, mas como o ponto de partida de uma acção prolongada do proletariado de edificação da Sociedade Comunista.

O Partido Revolucionário

da Classe Operária é fundamental para a educação, consciencialização e organização política das massas. Não é apenas necessário antes e durante a conquista do Poder mas também depois dela: a necessidade do Partido Político Proletário só desaparece com o desaparecimento das classes sociais, com o Comunismo. O Partido não é apenas necessário para a instauração da Ditadura do Proletariado, ele é fundamental para manter a ditadura e consolidá-la até à vitória completa do socialismo. O Partido é portanto também um instrumento da ditadura do proletariado.

O Partido Revolucionário da Classe Operária agrupa os melhores, os mais conscientes, os mais experientes, os mais conscientes elementos da classe operária. A predominância dos intelectuais de origem pequeno-burguesa nos quadros dirigentes do Partido, inevitável à partida, deve no entanto ser posta progressivamente de parte no próprio desenvolvimento do Partido; o Partido Revolucionário da Classe Operária deve ser sobretudo constituído por proletários em todos os escalões.

O Partido Revolucionário da Classe Operária é um destacamento organizado da classe; está à cabeça da luta operária, elevando-se acima dos interesses passageiros do proletariado, contribuindo para que a massa adquira consciência de classe — só um Partido consciente do seu papel de vanguarda e capaz de elevar a massa proletária à consciência de classe está em estado de tirar a classe operária de uma via meramente reivindicativa, economicista e imediatista transformando-a numa força política independente.

O Partido Revolucionário da Classe Operária é não

só a vanguarda, mas uma parte da classe. O Partido não tem interesses diferentes dos da classe operária; só difere da grande massa de trabalhadores por abarcar a missão histórica do conjunto da classe operária, defendendo não os interesses deste ou daquele grupo, desta ou daquela profissão, mas os interesses históricos de toda a classe operária; o derrube do Poder capitalista, a instauração da ditadura do proletariado, rumo ao Comunismo, única sociedade livre e justa.

Mas, a relação Partido-Classe não é uma pura relação «pedagógica».



Com efeito, o proletariado só na luta contra a burguesia e no alargamento da sua hegemonia aos seus aliados históricos é que atinge uma concepção do mundo homogênea e independente. É na acção política que a classe operária toma consciência do lugar que ocupa na sociedade e do seu papel histórico. É na luta que aprende a conhecer a sociedade. É no transformar o Mundo que transforma a sua própria consciência. O Partido deve ser o guia deste processo de transformação.

## 2

Só a construção de uma alternativa programática revolucionária que responda às necessidades e anseios das massas, a elaboração de uma estratégia e tática na luta antifascista e anticapitalista claramente demarcadora, apoiada numa prática mergulhada nas massas, é que possibilitará a derrota da hegemonia revisionista em centenas de milhares de trabalhadores e nas suas organizações. Lutar, unir e organizar as

camente ligadas estas tarefas com:

a) o processo de defesa, criação, fortalecimento, centralização, adaptação para a luta das estruturas democráticas e revolucionárias do Poder Operário e Popular,

b) o processo de liquidação da direcção revisionista no movimento de massas e de isolamento dos oportunistas «de esquerda»

c) o processo de unificação da acção política global e na base das organizações revolucionárias com base num Programa Unitário.

Isto quer dizer que o avanço num processo de edificação do Partido está intimamente relacionado com o avanço de cada um destes processos, que por sua vez se influenciam reciprocamente.

A defesa e consolidação do Poder Operário e Popular é muito importante no processo de edificação do Partido. Com efeito nestes órgãos as contradições entre os elementos de vanguarda divididos em organizações encontram uma mais fácil superação na prática; por outro lado, na actuação nos órgãos de Poder Popular forjam-se novos elementos de vanguarda e contribui-se para a unidade de acção das organizações operárias. É também um facto que o terreno do Poder Popular é propício à vitória contra o revisionismo e o esquerdismo e à elaboração de um programa revolucionário alternativo.

O MES inscreve entre os grandes objectivos da luta revolucionária a edificação do Partido da Classe Operária. Unir e organizar a vanguarda de classe do proletariado em torno do programa da revolução so-

cialista é uma condição indispensável à vitória da revolução proletária em Portugal.

Não se autoproclamando como o partido revolucionário da classe operária, o MES assume-se no entanto como a organização comunista de vanguarda a partir de cuja prática irradia a edificação do Partido Revolucionário. Não se trata portanto de nos considerarmos o embrião organizativo desse Partido mas sim a semente revolucionária comunista mais apta a desenvolver uma prática e um programa alternativo a partir dos quais o Partido se edifica.

Assim, a luta pela edificação do Partido Revolucionário da Classe Operária tem de constituir um objectivo consciente na prática política do MES e dos seus militantes; há que combater as concepções espontaneístas que colocam a edificação do Partido como um mero corolário da luta de massas (desprezando a actuação consciente na luta por esse objectivo por parte dos militantes comunistas); há que combater as concepções anarquistas que negam a necessidade do Partido Revolucionário e o seu papel dirigente.

A concepção que o MES defende para a edificação do Partido e o lugar importante que reconhece a si próprio no processo exige a luta permanente e simultânea a dois níveis: contra o sectarismo, contra a diluição da nossa organização no movimento de massas, nas suas organizações e particularmente nos órgãos de Poder Popular.

Caras: adaradas: edificar o Partido Revolucionário é organizar a direcção comunista para a revolução proletária.

# PELA UNIDADE DA CLASSE OPERÁRIA NA LUTA CONTRA A REPRESSÃO E A EXPLORAÇÃO

O ano de 1976 iniciou-se, por um lado, com medidas anti-operárias e anti-populares do Governo e do «Conselho da Revolução» e, por outro lado, com a demonstração por parte de muitos milhares de trabalhadores de que a ofensiva burguesa e fascizante em curso **terá pela frente uma poderosa barreira erguida pelas massas e pelas suas organizações.**

Aos aumentos criminosos de preços, às suspensões e despedimentos de jornalistas e locutores, a intensificação da repressão sobre os revolucionários civis e militares, as massas responderam com amplas manifestações em Lisboa e no Porto, solidarizando-se com os presos do 25 de Novembro, lutando contra o Poder reaccionário. Nessas jornadas, correu sangue do povo. GNR's e Comandos, cumprindo ordens assassinas, disprando e agredindo, assassinaram quatro companheiros. A repressão não conseguiu nem conseguirá no entanto intimidar o povo trabalhador que prepara activamente a resistência, organizando-se para a luta.

Estão convocadas para Lisboa **duas manifestações populares** contra a exploração e a repressão capitalistas, em dois dias sucessivos desta semana. A primeira, convocada por alguns órgãos de Poder Popular; a segunda, por iniciativa de alguns sindicatos. Mais grave ainda que a divisão dos trabalhadores por duas realizações que para as massas contém um mesmo objectivo de luta contra o Fascismo e o Capitalismo, é o sectarismo e a calúnia que co-

meçam a surgir, alimentados por interesses partidários e que, neste momento têm graves consequências na unidade proletária.

Num momento em que as forças reaccionárias intensificam a sua ofensiva, em que os reformistas nevegam de compromisso em compromisso, em que a manipulação de pequenos e médios agricultores por grandes agrários e caciques fascistas atinge um ponto alto, em que os mais reaccionários oficiais se preparam para uma escalada no golpismo — mais do que nunca — a unidade da classe operária, a aliança da classe operária com todos os explorados e oprimidos — são fundamentais e têm de ser reforçadas.

Uma forte corrente no seio dos trabalhadores e das suas organizações de massa combate activamente o sectarismo e a divisão. Se é um facto que há que combater as concepções incorrectas, incapazes de ligar a luta reivindicativa à luta política global, é também um facto que só no movimento de massas tais concepções serão derrotadas.

O MES coloca na primeira linha da sua prática política a luta pela unidade operária, pela não utilização dos trabalhadores por manobras partidárias que cavem a divisão no combate comum contra o fascismo e o capitalismo. Os militantes do MES actuarão consequentemente para que a unidade proletária não seja posta em causa pelas manobras deste ou daquele partido.



## Conferência de Imprensa do CLARP

Realizou-se ontem uma conferência de Imprensa que marcou o lançamento público do comité para a libertação dos Antifascistas e Revolucionários Presos (C.L.A.R.P.) e em que foi divulgado o seu manifesto.

A necessidade que a burguesia sentiu de reconstruir o seu aparelho repressivo (sem o que correria o risco de perder totalmente o pouco poder que lhe restava e os meios de salvar a economia capitalista no país), levaram-na a congeminar um golpe que duma vez por todas permitisse às forças do capital reconstruir a sua autoridade, (através do VI Governo reforçado pela direita), e recuperar a situação caótica em que se encontrava (através do reforço de exploração, de opressão e da liquidação das conquistas dos trabalhadores). Golpe este que viria a concretizar-se no 25 de Novembro, iniciando uma fase claramente repressiva do Poder de Estado.

É neste contexto que surge o CLARP, como organização que pretende levar a cabo a libertação dos militares revolucionários presos no 25 de Novembro, militares que sempre procuraram colocar-se ao lado do processo revolucionário,

lutando pelo derrube do capitalismo, pela instauração do Poder Popular.

Os objectivos da CLARP, para além do seu objectivo específico, inserem-se portanto numa estratégia antifascista. Daí o seu carácter unitário, aberto a todas as organizações que lutem pelos mesmos fins globais (órgãos populares, organizações políticas, etc.).

Entre os objectivos imediatos e prementes que o CLARP põe, é o do combate à contra-informação criando um **Boletim Informativo** que esclareça os trabalhadores da verdade dos factos e do carácter repressivo do actual Governo, quer no tratamento pidesco que dão aos presos revolucionários, quer nas medidas políticas e económicas que tem tomado.

O CLARP salientou que o que estava em causa não era o processo militar, mas sim político; que o que fundamentava as prisões efectuadas a revolucionários não era uma questão militar mas sim o início claramente planeado duma série de acções repressivas generalizadas, como se ve agora na prática reaccionária do VI Governo.

### APOIO À FRETILIM

A Comissão Política Nacional do M.E.S. recebeu na sua sede central uma delegação da República Democrática de Timor Leste e da Fretilin. Nessa reunião levou-se a cabo uma profunda análise sobre a situação dos dois países tendo o M.E.S. reforçado as suas posições internacionalistas proletárias no sentido do apoio incondicional à nova República e à sua vanguarda revolucionária — a Fretilin.

No final da reunião o M.E.S. endereçou um convite formal à Fretilin no sentido da sua presença na sessão aberta do nosso II Congresso Nacional.

## Poder Popular

6 meses 100\$00

12 meses 200\$00

apoiar 400\$00

estrangeiro Europa 500\$00

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_

Profissão \_\_\_\_\_

jornal semanal — todas as 4.ª feiras

Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista

Administração - Redacção  
Av. D. Carlos I - 128, Lisboa.  
telefone 66 26 83

Composição e impressão  
Renascer Gráfica - S.A.R.L.  
Rua Luz Soriano, 44 - Lisboa

# A CLASSE OPERÁRIA LEVANTA-SE CONTRA A EXPLORAÇÃO E A MISÉRIA

Concluiremos no próximo n.º  
a retrospectiva da Luta Operária  
no período 25-Abril/25-Novembro

Começa a fazer-se sentir a resposta da classe operária ao avanço das forças de reacção e à política antioperária e antipopular dos novos senhores que estão no Governo e conselho da contra-revolução.

Aproximam-se grandes combates operários contra o aumento dos preços, contra o congelamento de salários, contra a suspensão da contratação colectiva e contra a política de repressão e mentira do novo poder burguês.

Depois das manifestações de Custóias e Caxias em que a classe operária marcou a sua presença e determinação, aproximam-se a realização de manifestações contra o aumento da exploração e aproximam-se duros combates dos mais importantes sectores operários (construção civil, têxteis e metalúrgicos).

## O 25 DE NOVEMBRO...

O 25 de Novembro foi uma derrota que fez sentir na classe operária uma grande desmobilização e uma momentânea perda de confiança nas suas próprias forças.

As razões de tudo isto podemos encontrá-las na falta de uma orientação clara para a luta, na falta de informação acerca daquilo que estava em jogo em cada momento, isto é, organizando: na falta de organi-

zação política da classe operária.

O PCP preferiu conciliar e ceder, a lutar, por isso conduziu uma política que escondeu a verdade dos factos e que esgotou a mobilização de massas em torno de questões que às próprias massas eram estranhas. Esta política do PCP afectou profundamente as organizações de classe, (sindicatos e comissões de trabalhadores) que este influenciava ainda decisivamente. Por outro lado as organizações revolucionárias e as suas propostas de luta, ainda não estavam suficientemente enraizadas nas massas, de modo a poderem conduzir no caminho da Revolução.

## AS DURAS LUTAS QUE SE APROXIMAM

Mas uma nova fase de luta se aproxima, uma fase em que os capitalistas, o seu Governo e o seu exército, vão tentar roubar as conquistas que a classe operária e o povo trabalhador fizeram.

Assim, começaram por atacar a contratação colectiva e por congelar os salários, depois passaram ao ataque às comissões de trabalhadores e às comissões sindicais e aos sindicatos ou seja ao ataque ao poder dos trabalhadores dentro das fábricas, depois passaram a reintegrar saneados e a tentar sanear à esquer-

da, depois passarão a exigir mais trabalho em troca de menos salário; depois, e resumindo, passarão a tentar pôr em prática de uma maneira total a sua política: miséria, opulência e ri-

frente encontram-se fortes barreiras, que são: as organizações das massas e a sua determinação de defender as conquistas e não recuar.

O combate da classe



de que de serão alvo por parte do avanço das forças da reacção. A classe operária terá que reforçar a ligação das suas organizações de fábrica com as restantes organizações populares.

3.º No ramo de indústria — onde se travarão duros combates de sector, ao nível sindical em torno da contratação colectiva e da unicidade sindical.

4.º Na luta de todo o povo trabalhador e de todas as camadas populares — contra o avanço das forças da direita capitalista. A classe operária terá que conduzir todos os exploradores e oprimidos, nesta luta contra o actual poder antipopular, para que esta luta possa ser conduzida em termos correctos e consequentes.

## A LUTA IMPÕE A UNIDADE

Mas como antes do 25 de Novembro, as forças populares encontram-se divididas e sem uma direcção revolucionária. A prova

operária, travar-se-á a quatro níveis:

1.º Na fábrica — onde se terá que defender do aumento da exploração e da repressão patronal (salários, horários, ritmos, liberdades de reunião e informação etc).

2.º Na localidade — onde as massas terão que defender as organizações populares unitárias (assembleias populares) do ata-

políticas (UDP e PCP), que neste momento não mostram capacidade para ver onde se encontra o inimigo principal e cerrar fileiras para o combater.

É fundamental que as forças revolucionárias e todos os militantes saibam neste momento distinguir o principal do secundário e lutar pela unidade da classe operária e das massas populares.

Lutar pela unidade da classe operária significa saber estar à frente da luta da classe avançando perspectivas revolucionárias. Significa utilizar as várias organizações que as massas edificaram (sindicatos, comissões de trabalhadores, comités de luta, assembleias populares etc.) utilizando-as para reforçar a unidade e organização de classe e não para o contrário. Se o combate tem várias frentes, ele deveria ser levado a cabo com a utilização máxima de vários tipos de organização de massas.

A luta não será só para hoje e amanhã, e hoje e amanhã reforçar as suas posições, amanhã será a classe operária a vencer, porque ela é a classe do futuro, porque ela é força inextinguível em que assenta o combate a tudo o que está velho e caduco, porque a classe operária é a força em que assentará a vitória de Revolução Socialista.

Secretariado do sector operário da O.R.L.

**NÃO!**

**AO AUMENTO DO CUSTO DE VIDA**

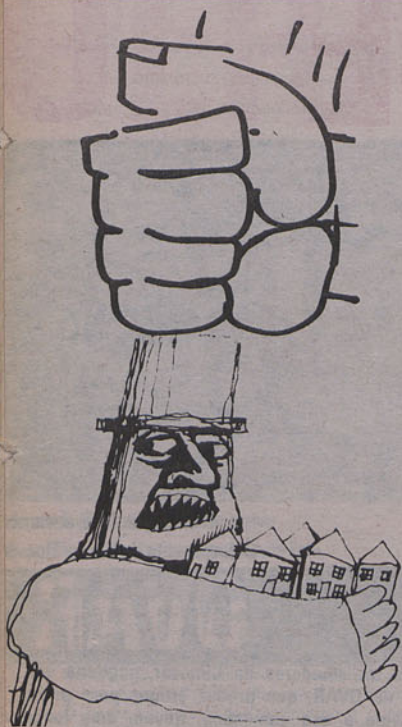
**AO CONGELAMENTO DOS SALÁRIOS**

**À REPRESSÃO SOBRE O POVO**

**ÀS MENTIRAS DA INFORMAÇÃO**

**UNIR, ORGANIZAR, RESISTÊNCIA POPULAR!**

**MES**



# NÃO AOS DESPEJOS

## Tribunal Popular de Beja

Desde o 25 de Novembro a burguesia e o fascismo passaram ao ataque para esmagar as conquistas alcançadas pelo povo trabalhador e pelas suas organizações de classe — Comissões de Trabalhadores, Moradores e Sindicatos.

Por todo o lado os reaccionários tentam que o fascismo se instale de novo no nosso país, procurando por todos os meios impedir o avanço da Reforma Agrária, boicotando a aplicação do controlo operário sobre a produção, e decretando aumentos de preços que são uma autentica provocação ao povo trabalhador.

É dentro desta política de repressão sobre o povo que os reaccionários tentam agora repetir em Santiago do Cacém as suas concentrações provocatórias de Rio Maior, que se assiste à desocupação de cooperativas agrícolas, ao congelamento dos contratos colectivos de trabalho, às prisões, às buscas e aos despejos de casas ocupadas pelas comissões de moradores...

«É sobre este último aspecto, mais concretamente, que queremos alertar a população de Beja acerca do seguinte:

Está marcado para o próximo dia 6 de Janeiro, terça-feira, o primeiro despejo que os reaccionários vão tentar em Beja desde o 25 de Abril, numa casa ocupada por um morador, com o apoio das comissões de moradores e o conhecimento da Câmara Municipal, da Polícia e do MFA.

Sentindo o clima favorável depois do 25 de Novembro, a antiga inquilina apresentou queixa em tribunal contra o morador, que é um operário da construção civil e que, vivendo apertado em duas pequenas divisões com a mulher e três filhos pequenos, ocupou outras duas divisões pertencentes à mesma casa que se encontravam fechadas, sem qualquer utilidade.

É de denunciar a atitude fascista do juiz que, sem ouvir o morador nem sequer consultar a comissão de moradores ou a Câmara Municipal de Beja, marcou a ordem de despejo para o dia 6 de Janeiro.

Camaradas!

O nosso camarada morador não irá para a rua, por mais ordens de despejo de

juizes fascistas ou tribunais reaccionários!

Perante mais esta provocação da burguesia e seus lacaios não podemos ficar quietos, mas sim impedir que o nosso camarada saia da casa. Isto é uma luta de todo o povo de Beja, pois se nós formos derrotados nesta luta outras casas serão despejadas!

Não podemos ceder um passo na luta contra o capitalismo e o fascismo que ameaçam o nosso povo. Esmaguemos a reacção nos campos, nas fábricas, nas ruas, onde quer que ela se encontre.

Os reaccionários já dizem à boca cheia que os trabalhadores perderam o pio.

Por isso mostremos-lhes como é! (do comunicado da intercomissões de moradores)

E assim foi! Imediatamente se convoca para o dia do despejo um outro tribunal — um tribunal popular.

O povo reunido frente ao Tribunal de Beja, constituído livremente em Tribunal Popular decidiu fazer justiça ao operário José Amílcar e sua família, vítimas da tentativa de despejo movida pela fascista Joaquina da Silveira e pelo juiz

reaccionário do Tribunal de Beja. Foi perguntado ao povo presente se alguém queria fazer a defesa da fascista Joaquina da Silveira e do juiz reaccionário. Porque não apareceu nenhum defensor, foi feita a acusação em relatos do queixoso e doutros trabalhadores que explicaram o crime e expuseram a já longa prática de opressão e exploração sobre o povo da fascista Joaquina da Silveira e denunciaram a cumplicidade dos tribunais burgueses em todas as manobras dos inimigos do povo.

Mais uma vez a presidência do tribunal — formada por representantes da intercomissões de moradores da cidade de Beja e as associações de moradores dos bairros do Pelame e Esperança, pelas comissões de moradores de Santa Vitória e pelas comissões de trabalhadores:

Irmãos Dias, Manuel Martins Viana, Luz e Alves, Leão, Metalúrgica Alentejana, CTT-Comunicações, Camerinha, Costa e Silva, J. J. Oliveira Ramos e Interbelo — perguntou se haveria alguém que quisesse depor a favor da Joaquina da Silveira ou do juiz. Não apareceu ninguém.

### DELIBERAÇÕES:

O povo constituído em Tribunal Popular deliberou então:

— Que é inteiramente correcta e justa a constituição deste Tribunal Popular, pois ele tomou a forma de uma ampla assembleia de massas em que todos podiam expor livremente os seus pontos de vista perante os olhos do povo.

E deliberou em sentença:

— Condenar a fascista Joaquina da Silveira e o tribunal burguês na pessoa do juiz que deu a ordem de despejo como culpados de crime por tentativa de roubar a habitação ao operário José Amílcar, e considerá-los como inimigos do povo de Beja e de todo o Alentejo.

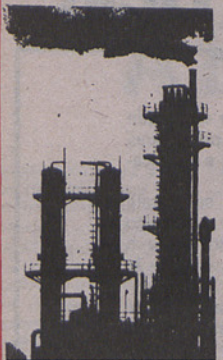
— Avisar solenemente os juizes e os tribunais burgueses que o povo de Beja não está mais disposto a tolerar as suas decisões arbitrárias sempre ao serviço dos exploradores, e que responderá com justiça popular de massas a todas as provocações do fascismo e seus lacaios.

O povo aqui reunido e constituído em Tribunal Popular tem plena consciência de que estas decisões e a justiça popular só poderão ser inteiramente aplicadas quando for derrubado o capitalismo e o poder estiver nas mãos dos operários, dos camponeses e demais trabalhadores. Por isso mesmo o Tribunal Popular de Beja apela a todo o povo trabalhador de Portugal a unir-se para esmagar de vez o fascismo, acabar com o capitalismo e toda a exploração.

**Os reaccionários já dizem à boca cheia  
que os trabalhadores perderam o pio!  
Por isso mostremos-lhes como é!**

# A CLASSE OPERÁRIA

## CONSTRUÇÃO CIVIL



O golpe da direita de 25 de Novembro surge como resposta da burguesia à poderosa ofensiva de massas que se desenvolvia na altura.

Em profunda crise, ciosa dos seus privilégios de classe, aterrorizada perante a força e organização dos trabalhadores — empenhados numa luta de morte contra o capitalismo — a burguesia planeia e realiza a intentona, visando sufocar o movimento popular de massas. Adornada com roupagens pretensamente «socialistas» (em Liberdade...), procurando o seu democratismo de ocasião, a classe no poder investe crinosamente sobre os trabalhadores com um rol de medidas antipopulares e lesivas dos seus interesses. A atestá-lo, aí estão os recentes e escandalosos aumentos de preços dos bens de primeira necessidade, a escalada repressiva e o congelamento dos contratos colectivos.

No entanto, o povo acorda, cresce a sua resistência, diz não ao palavreado «pluralista» dessa corja de fascistas. Reconhece neles os seus carrascos, não os seus libertadores. Sabe que o VI Governo ou o VI e meio ou VII só lhe tem para oferecer prodigamente miséria e fome. Os trabalhadores deste país, como por exemplo os

da construção civil, já fizeram a sua opção: o fim da exploração do homem pelo homem.

O sector da construção civil é um dos espelhos mais nítidos da sociedade capitalista. Nele abundam os contrastes: extrema miséria do proletariado e riqueza sem limites dos vampiros e parasitas empresariais.

A um trabalho desumano e embrutecedor, recebem os trabalhadores como pagamento salários de miséria e promessas de um futuro sem amanhã.

O processo de luta encetado pelos trabalhadores da construção civil centraliza-se em torno do contrato vertical do sector. O contrato prevê a melhoria de salários das categorias mais desfavorecidas, apontando ainda para uma diminuição do leque salarial, além de outras regalias.

Após a entrada da documentação no ministério (in)competente, aquela vai repousar durante vários meses nas gavetas.

Alguns governos provisórios depois, o projecto continua adormecido.

É evidente, que esta situação convinha à burguesia mas não aos trabalhadores. Assim, estes últimos decidem organizar-se, preparando-se para a luta.

Aparecem então, as comissões de luta e outras formas organizativas. E mais tarde uma comissão negociadora. Esta vai encarregar-se do desenvolvimento do processo, arrastando os sindicatos, que se vinham notabilizando pelo alheamento concedido ao desenrolar do processo.

É de Sines, entretanto que salta a fagulha que irá atear um imenso fogo. Com efeito, as reivindicações com o carácter muito localizado, dos trabalhadores das várias empresas que lá laboram, têm como conse-

quência a realização de uma greve. Esta assume tais proporções, que conduz os sindicatos a proclamarem a greve geral.

De referir, aqui, que a iniciativa dos sindicatos, têm dois objectivos a atingir: por um lado, satisfazer as aspirações dos operários, cada vez mais impacientes; por outro lado permitir a entrada do PCP na luta, como forma deste reforçar o poder contratual face ao VI Governo. Mais uma vez, o reformismo vendia a classe operária em troca de umas migalhas no aparelho de Estado.

Na sequência da greve, no dia 9 de Novembro, realiza-se, passados dois dias, uma imensa manifestação que englobou mais de 100 000 operários. O percurso inicial previa a ida ao ministério do(s) trabalho(s). Só que Tomás, dono do referido ministério e o seu sócio Marcelo já tinham feito a sua retirada estratégica, não se esquecendo de encerrar a loja.

**A burguesia tremia, e de que maneira!**

A manifestação dirige-se para S. Bento, onde se encontram o 1.º Pinheiro deste País, ministros, deputados e outros parasitas. Durante dois dias e duas noites os operários da Construção Civil e de outros sectores da produção, que se haviam solidarizado com os seus camaradas, não arredam pé.

A Comissão negociadora prossegue os contactos com o 1.º Azevedo, o almirante sem barco, que ciente do recuo dos delegados dos trabalhadores teima: Dali não saíria o contrato assinado.

O Pinheiro de Azevedo tenta a sua sorte: quer falar às massas, só que estas não concordam com a ideia pois não estavam ali para amena troca de jogos flo-

rais mas sim para lutar pelo pão. O almirante anteendo a possibilidade de um súbito naufrágio da sua embarcação, retira em má ordem para as profundezas do palácio. Antes de o fazer grita: «Vão bardamerda». Como resposta os milhares de operários presentes sugerem-lhe: «Oh, ministro, vai trabalhar para as obras». Claro que ele não aceita a sugestão.

A agudização do conflito torna-se evidente. Os manifestantes ultrapassam o carácter meramente económico das reivindicações exigindo a demissão do Governo (teoricamente social-democrata, mas comportando-se na prática como um Governo fascizante, ou mesmo, declaradamente fascista).

Os sindicatos, serventários da proposta reformista do PCP, decidem travar o processo, temendo serem ultrapassados pelo ardor combativo dos operários.

Mais uma vez, num momento decisivo o PCP fazia marcha atrás, isto é, o jogo de todos os traidores da classe operária: muito «amigos» desta quantado se encontram em desgraça; os primeiros a persegui-la quando detém as rédeas do poder.

Infelizmente, faltou no instante crucial uma vanguarda verdadeiramente revolucionária e capaz de liderar o processo e conduzir a classe operária à vitória.

Fim ao congelamento da contratação colectiva, descida do custo de vida já!

Operários, camponeses, soldados e marinheiros unidos venceremos!

A luta continua.

A coordenadora do sector da Construção Civil do MES



Construção Civil, novamente em luta, novamente em greve. O documento do Sector Operário analisa o anterior processo de luta.

## OVAR Cimovar

Os trabalhadores da Cimovar, pequena empresa de OVAR, que produz artigos para praia, campismo e uso doméstico, travam uma longa e difícil luta pelo direito ao trabalho e contra as manobras de boicote e chantagem do patrão. «Poder Popular» debateu a situação com sete trabalhadores, entre eles os 3 membros da comissão de trabalhadores.

P.P. — Quais as origens da vossa luta? E como se desenvolveu?

Trab. — Até Agosto de 1975 éramos 25 trabalhadores. Por esta altura, o patrão chamou à parte algumas das trabalhadoras a quem propôs irem trabalhar para a outra fábrica que dizia também pertencer-lhe. Treze aceitaram, mas depois vieram a verificar que afinal o patrão não era o mesmo, sem que o nosso patrão se tivesse comprometido por escrito que lhes seria respeitada a antiguidade.

Nessa altura, o patrão transferiu para a outra empresa matérias-primas, mercadoria já pronta, quatro máquinas e até clientes, certamente por conta de uma dívida que tinha para um dos patrões desse empresa, antigo encarregado da Cimovar. Nós não reagimos. Foi uma grande asneira que fizemos. Não devíamos ter deixado sair nada. Mas, na altura, não tínhamos ainda os olhos bem abertos.

O que o patrão pretendia era acabar com a fábrica e desfazer-se de nós sem encargos nas indemnizações. Por isso é que nos oferecia empregos, como fez a mais três colegas nossas que acabou por tentar despedi-las após elas terem recusado a oferta, para ir despachando enquanto perdíamos direitos como por exemplo a antiguidade.

Outra coisa que o patrão fez foi transferir-nos do Sindicato dos Químicos para o dos Costureiros, que tinha um contrato com menos regalias.

O patrão sempre nos procurou dividir e irmos para o desprezo, chegando a dizer-nos que se isto deixasse de estar para as esquerdas nós havíamos de ver... Depois do 25 de Novembro até anda mais arrogante.

Acabámos por abrir os olhos e com o apoio do Sindicato dos Químicos e do delegado Min. do Trabalho fizemos pressão sobre o patrão, que se comprometeu a arranjar quem tomasse conta da empresa, o que nunca veio a acontecer.

No dia 28 de Novembro, o patrão despediu um dos membros da C.T. Nós fizemos greve e vencemos. O nosso camarada foi readmitido e o patrão, em reunião feita na delegação de Aveiro do Min. do Trabalho, comprometeu-se a pagar os ordenados em atraso até Janeiro e os retroactivos a partir de Março.

Até este momento o patrão não cumpriu e não tem aparecido, fugindo ao contrato conosco, chegando mesmo a dizer que lhes queremos bater e que invadimos a sede do PPD à procura dele.

Nós continuamos a ocupar a empresa à espera de encontrar uma solução para o nosso caso.

P.P. — Como surgiu a vossa comissão de trabalhadores?

Traba. — Em Outubro apareceu junto de nós a Elvira, empregada de escritório lacaia do patrão, a informar-nos que este tinha dito para formarmos uma comissão de trabalhadores. Nós aceitamos a ideia e elegemos 3 camaradas de confiança pela posição firme que tinham tomado até ali. Ela não gostou. A nossa ideia é que o patrão queria que fosse eleita uma comissão de trabalhadores fantoche para depois negociar com ela como lhe apetecesse.

Mas enganou-se. A CT tem estado sempre ligada a nós e defendido firmemente os nossos interesses.

P.P. — Qual o futuro da vossa luta?

Trab. — Já nos cortaram a água, luz e telefone por falta de pagamento. Não temos matéria-prima e as máquinas estão avariadas. A empresa não está parada por falta de trabalho ou por causa de nós, como o patrão diz. Têm aparecido clientes, mas o patrão boicota, enquanto continua a fazer uma vida à grande de carro, bebidas caras e fins-de-semana em Lisboa.

Neste momento estamos à espera de uma reunião no Min. do Trabalho. Já não recebemos salários desde Outubro e nunca nos foram pagos os retroactivos. O patrão agora mandou-nos uma carta a despedir-nos a partir de 28 de Fevereiro.

Já pensamos em ocupar a fábrica e irmos para a autogestão. O Sindicato dos Químicos emprestavamos algum dinheiro para começarmos.

Mas ainda não decidimos nada em definitivo. Dependerá das circunstâncias. Uma coisa é certa. Não desistimos dos nossos direitos e não abrimos mão da fábrica enquanto não for resolvida de forma justa a nossa situação.

## EFACEC-CN



A comissão de trabalhadores da Efacec C. N. alerta a classe operária e os trabalhadores em geral para as medidas que o patronato comodamente instalado em S. Bento, se prepara para

por de pé.

Assim, depois do vergonhoso aumento dos preços dos géneros de primeira necessidade, a burguesia já se prepara para novo golpe contra os trabalhadores.

Ao pretender impor um horário de 45 horas, numa altura em que a grande maioria das empresas se debatem com falta de encomendas, e os trabalhadores pouco têm que fazer, a burguesia baseando-se na lei anti-operária dos despedimentos, e na inactividade que tal horário vai forçosamente originar, pretende aumentar o número de desempregados e destruir as comissões de trabalhadores que os trabalhadores após o 25 de Abril conseguiram.

Considerando, que existem centenas de milhares de trabalhadores no desemprego, e que um aumento de horário de trabalho em nada contribui para a resolução deste problema, que resposta deverão dar os trabalhadores a mais esta jogada patronal?

A Comissão de Trabalhadores EFACEC — CN, entende que unicamente uma resposta que defenda os interesses das massas laboriosas do País lhes pode convir. Por isso, só a redução de horário de trabalho evitará o aumento de inactividade, combaterá eficazmente o espectro de despedimento, e permitirá com base num trabalho conscientemente revolucionário criar postos de trabalho.

Há já alguns meses, que os trabalhadores da EFACEC-CN, EFACEC-SUL e INEL decidiram em plenário pôr em prática o horário de 40 horas. No momento em que a burguesia pretende impor à classe operária e aos trabalhadores em geral um aumento de horário de trabalho, a Comissão de Trabalhadores

da EFACEC-CN apoia a justa luta pela redução do horário de trabalho e apela a todas as comissões de trabalhadores e a todos os trabalhadores que discutam amplamente este assunto, com a perspectiva de alargar esta luta, contrapondo assim ao poder da burguesia a força da união dos trabalhadores. Porto, 9/1/76.

## LANIFICIOS

Cada vez mais, aqueles poucos trabalhadores que não tinham compreendido até agora a «democracia» do VI Governo e do Jaime Neves, começam a não ter dúvidas que é a mesma dos patrões e dos exploradores.

Já não bastasse o aumento escandaloso de todos os produtos necessários aos trabalhadores para viver, quanto mais agora os mercenários dos comandos assaltarem sindicatos para roubar cartazes onde se informava o povo trabalhador e, especialmente, os trabalhadores dos têxteis, lanifícios, vestuário e lavandarias dos seus problemas e das acções repressivas do Governo dos patrões — o VI — em Cafias e Custóias!

Pois isto aconteceu, nem mais nem menos na sede do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, na Rua Conde de Redondo, na passada 6.ª-feira.

Pelas 15 horas, 5 «comandos» saem de um jipe e de G-3 em punho, entram no prédio do Sindicato pela porta envidraçada. Para prender um patrão!

Ora essa, foi para cuidadosamente tirarem os cartazes informativos dos vidros, os dobrarem e meterem debaixo do braço e levarem, talvez com a intenção de arranjar pretexto para mais uma buscazinha de armas e, sabe-se lá, para a sua galeria de troféus,



à semelhança daquela que o P. I. D. E. tinha em Sete Rios.

Camaradas, cerremos fileiras contra o avanço do fascismo e dos seus lacaios represores.

O Comandos não são soldados — São mercenários  
Resistir - Unir - Lutar - Vencer

na vanguarda da

# RESISTÊNCIA POPULAR



# seguros ao serviço do povo ?

Desde a nacionalização em Março do ano passado, os trabalhadores vêem, ouvem e lêem na Televisão, na Rádio e nos Jornais o slogan: **Os Seguros e a Banca ao serviço do Povo.**

Desde então os trabalhadores assistiram à importância do IV e V Governos Provisórios de conciliação e à ofensiva das forças da burguesia e do fascismo que conduziu ao VI e à sua «reconstrução».

No plano militar os «Novos», atrás dos quais se encapavam os oficiais reaccionários como Jaime Neves e Pires Veloso, conduziram o processo que levou à liquidação do MFA como força progressista no pronunciamento de Tancos.

Esta ofensiva político-militar teve o seu desfecho no golpe de 25 de Novembro em que a direita militar pôs em prática o seu plano de liquidação da organização ainda embrionária dos soldados, encarcerou os oficiais e sargentos antifascistas

tas e revolucionários, para assim tentar igualmente pôr fim à ofensiva popular.

E enquanto isto acontecia que foi feito para pôr «os Seguros ao serviço do Povo»?

— Foi posta em prática uma política de **Independência Nacional**, nacionalizando as companhias mistas e proibindo ou condicionando fortemente a actividade das agências das companhias estrangeiras?

— Avançou-se na **reestruturação** dos Seguros, para que começassem a ser desmanteladas as estruturas capitalistas?

— Pôs-se fim à **concorrência desenfreada** que existia entre as companhias de seguros para ver qual engana melhor os segurados e sinistrado?

— Investiram as Companhias de Seguros as suas reservas na **construção de habitações para os trabalhadores**, na **Reforma Agrária**, na **criação de postos de trabalho para os**

**400.000 desempregados?**

— Deixou-se canalizar o resseguro para o estrangeiro e criou-se o plano nacional? Deixou-se de encher os bolsos de resseguradores ingleses, suíços, franceses, americanos e alemães?

— Liquidou-se o parasitismo de muitos «mediadores de seguros» cujas comissões chorudas são extraídas do sangue e dos ossos dos operários esmagados pela falta de segurança no trabalho?

— Orientaram-se os seguros para a satisfação das necessidades reais do povo; para a assistência e a prevenção que evita a morte, o acidente ou a destruição?

— Aboliram-se as pensões de miséria dos sinistrados, dos trabalhadores das fábricas e dos campos que tiveram o seu corpo mutilado, ou das famílias dos que morreram vítimas do desprezo pela segurança no trabalho dos pa-

trões ávidos de lucros?

— Protegeram-se eficazmente as vítimas de acidentes de viação, tornando os seguros de automóveis obrigatórios e deixou-se de pagar dezenas e centenas de contos pelos «danos morais» para cada cicatriz na face de um burguês ou de um seu laçao?

— Desenvolveu-se o seguro agrícola a prémios reduzidos às cooperativas de trabalhadores rurais e à associação de camponeses pobres?

— Avançou-se no **controlo operário** dos seguros pelas comissões de trabalhadores e de moradores?

**NÃO! Nada disto foi feito!**

Nós trabalhadores dos seguros do MES que com as nossas forças sempre nos batemos por estes objectivos, juntamos as nossas vozes às dos operários, dos trabalhadores rurais dos camponeses pobres e de todos os que nas fábricas e nos campos, são viti-

mas de acidentes de trabalho, que são atropelados e mortos nas estradas, que vivem em bairros-de-lata e em habitações insalubres, aos trabalhadores que vêm as searas destruídas pelo fogo e acusamos:

— Acusamos os Governos de conciliação e os partidos que dentro e fora dele se opuseram ou entravaram as profundas transformações necessárias para pôr **de facto** os seguros ao serviço do Povo!

— Acusamos os partidos que com eles pactuaram!

— Acusamos o VI Governo de salvação do capital que aprova dois decretos-lei (sobre a criação do Instituto Nacional de Seguros e sobre a gestão das companhias de seguros) que deixam intactas as relações capitalistas dominantes no sector, preparam o terreno para a desnacionalização e pretendem pôr os trabalhadores dos seguros a reboque desse projecto!

— Acusamos a Direcção dos Sindicatos do Sul (caldeirada de oportunistas com socialistas de fachada e anticomunistas disfarçados de antireformistas de mistura com alguns — poucos — trabalhadores socialistas bem intencionados) que não defende consequentemente o programa que demagogicamente apresentou nas eleições!

— E acusamos os trabalhadores dos seguros que se deixam atrelar à carroça do capital e dos seus laçoes para defenderem os privilégios de uma minoria que julgam ser os seus!

**Graves responsabilidades pesam sobre os trabalhadores dos seguros.**

Alertamos todos os trabalhadores em geral para a responsabilidade que devem exigir aos trabalhadores dos seguros pelas decisões que tomarem e pela determinação com que por elas combaterem.

Trabalhadores dos Seguros

## NA PRIMEIRA LINHA DO COMBATE INTERNACIONAL

### Argentina: situação actual



#### CONFERÊNCIA DE MONTEVIDEU

No mês de Outubro reuniram-se em Montevideo os comandos dos exércitos contra-revolucionários de toda a América Latina. O tema da reunião foi: a guerrilha e como enfrentá-la.

Alí o imperialismo americano e os chefes militares latino-americanos definiram-se abertamente pela guerra total contra as forças revolucionárias latino-americanas em geral, e em especial contra as do povo argentino.

As deliberações da conferência foram secretas. Ne-

las os «yanquis» conseguiram que os exércitos latino-americanos contra-revolucionários se comprometessem com a sua ajuda recíproca para enfrentar os movimentos guerrilheiros mais desenvolvidos, e deixaram para o seu próprio exército o papel de reserva estratégica. Os acordos secretos estabelecem que para enfrentar uma força guerrilheira que operasse no nosso país com mais de 100 homens, acudiriam em socorro do exército opressor argentino forças militares contra-revolucionárias dos países limítrofes. E se a guerrilha superasse os

2000 homens interviriam directamente as forças armadas norte-americanas.

#### A CIA EM TUCUMAN

O nosso partido conta com a informação precisa para assegurar que os bandos para-militares que operam em Tucuman estão sob a direcção técnica da CIA. A partir da conferência de Exércitos latino-americanos de Montevideo, os assessores da CIA começam a inundar o nosso país. Os oficiais do exército inimigo recebem instrução e ajuda técnica. Os povos de todo o mundo conhecem estes métodos. O seu exemplo mais recente na América Latina é o Chile do assassino Pinochet.

O caso de Tucuman mostra claramente que os bandos terroristas de direita são formados por oficiais do exército e da polícia que actuam sob a direcção técnica de oficiais da CIA:

#### GENERALIZAÇÃO DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA

Esta guerra iniciou-se há

**Declaração do Partido Revolucionário dos Trabalhadores da Argentina, direcção político-militar do Exército Revolucionário do Povo, perante a grave situação que a classe operária e o povo argentino atravessam.**

seis anos, com o heróico levantamento do proletariado e todo o povo de Córdoba contra a ditadura militar de Onganía.

Hoje a batalha mais enarnicada trava-se em Tucuman, onde, rodeada do apoio activo e do caminho do povo trabalhador, opera a **Companhia de Monte «Ramón Rosa Giménez»** do E.R.P. (...) Ultimamente o inimigo teve que chamar em seu auxílio a força aérea que efectua dois bombardeamentos diários na zona de operações na província mais desamente povoada do país.

**Duas zonas estratégicas** — Um objectivo central para a revolução anti-imperialista e socialista na Argentina é o desenvolvimento de forças revolucionárias de carácter regular para derrotar as forças armadas dos monopólios e da grande burguesia. Tendo em conta essa necessidade estratégica, o **Comité Central «Vietname Libertado»** do PRT, reunido em Julho do ano passado, aprovou uma resolução — na altura de carácter

secreto — pela qual se definiram duas regiões estratégicas na nossa pátria. Uma, a das grandes cidades (Buenos Aires e Grande Buenos Aires) — onde vive 60 por cento da população e estão concentradas as grandes famílias — e a outra, a das rurais do Norte, com centro em Tucuman favoráveis para o desenvolvimento da guerrilha rural e das unidades regulares. Isto significa que a nossa organização modificou a distribuição das suas forças, concentrando maiores recursos no monte Tucumano e nas outras zonas estratégicas.

#### A NOSSA POSIÇÃO FACE À SITUAÇÃO ACTUAL

Recentemente, e num esforço para confirmar a enorme instabilidade do seu governo, o peronismo burguês anunciou a antecipação das eleições gerais programadas para 1977, que se passariam a realizar no último trimestre de 1976 simultaneamente com as

eleições de deputados constitucionais.

Paralelamente ao anúncio eleitoral as forças armadas contra-revolucionárias intensificaram a repressão.

Assim, ante a antecipação das eleições, o nosso Partido concluiu que se torna mais concreta a luta democrática e pronuncia-se por:

1) **Intensificar a luta pela plena vigência das liberdades democráticas, o congelamento dos preços e o aumento dos salários;**

2) **Um projecto de Constituição nacional revolucionária que contenha as verdadeiras soluções operárias e populares face à crise do país;**

3) **Contribuir para a formação de uma ampla frente democrática e patriótica que ofereça uma opção eleitoral favorável aos interesses emancipadores, progressistas e revolucionários do povo argentino.**

Paris, 30 de Dezembro de 1975

25 Abril-25 Novembro



19 MESES DE LUTA

# LUTA NOS QUARTÉIS

## INTRODUÇÃO

A palavra de ordem, actualmente, no campo militar, é a do «regresso aos quartéis». Para um vasto grupo de militares incapazes de compreender o que se passou depois do 25 de Abril dentro e fora das FA, essa palavra significa o manter-se numa estrita «neutralidade» e quando muito arbitragem, face à luta de classes que se trava na sociedade portuguesa.

O 25 de Novembro veio a coroar uma vitória daqueles que debaixo desta «apoliticidade», «neutralidade», etc., iniciam agora as primeiras acções repressivas sobre as massas populares e as suas conquistas, procedem às vagas de prisões de militares revolucionários, à repressão das conquistas alcançadas nos quartéis, tentando tornar o Exército uma sociedade fechada, hierarquicamente, disciplinada, «impermeável ao campo da luta de classes», pronto a transformar-se no genêdarme do capitalismo, objectivo esse condensado na tão velha expressão de sabor fascista de que «a política fica à porta do quartel».

Mas enganam-se aqueles que julgam as FA um mundo totalmente afastado e isolado da sociedade portuguesa em que vivemos.

## O SPINOLISMO

Logo após a queda do regime de Caetano, os postos-chaves do aparelho militar são entregues a oficiais próximos de Spínola, que sabiam bem que as FA seriam o cerne de uma nova batalha contra a sua disciplina baseada num RDM fascista e opressor e numa rígida hierarquia de comando, que impedia que até muitos daqueles que mais contribuíram para o 25 de Abril pudessem manifestar a sua opinião.

Sabiam que era inevitável que a imensa mobilização popular de apoio ao 25 de Abril, e que se começou a expressar em tipos de organização autónoma de classe, quebrariam os muros do quartel encontrando em muitos militares seus incansáveis defensores. Por isso Spínola tentou imediatamente diluir o MFA na hierarquia do comando e impediu-o de se reforçar como núcleo de vanguarda das FA, e como tal se poder expressar.

Estes esforços foram balizados em grande parte devido ao papel activo que desempenharam vários grupos de militares, englobando soldados e milicianos juntamente com alguns oficiais do QP que «fizeram» o 25 de Abril. O seu objectivo imediato foi pois a luta pelo direito de reunião e de expressão que lhes era negado dentro dos quartéis, ao contrário do que se passava lá fora, e a luta contra a guerra colonial. Numa tentativa de impedir que a luta por esses direi-



tos abalasse fortemente as estruturas do Exército e de a recuperar, o então chefe do EME, Silvério Marques, fez publicar uma circular interna em que sob a capa de «abertura», autoriza certas reuniões, desde que o comando das unidades o permitisse e a elas assistisse ou presidisse, o que na prática era continuar a negar esse direito. O direito de reunião e de expressão eram fundamentais para se colocar abertamente a discussão e as formas de luta a adoptar face à questão colonial e aos embarques, assim como o papel do Exército como arma de repressão dos trabalhadores.

Foram várias as plataformas que esses grupos de militares englobando soldados, sargentos e oficiais milicianos elaboraram, para levar a cabo uma acção de conjunto, que os inserisse numa «unidade de acção».

O papel destes grupos de militares foi também importante para combater as diversas futuras tentativas de golpe, de Spínola, nomeadamente no 28 de Setembro.

Após o 28 de Setembro novas formas de luta se inscrevem no seio das FA. Para muitos começou a ficar bem claro que o 25 de Abril não poderia levar apenas a uma modernização e actualização do capitalismo português em bases mais racionais, ao serviço dos exploradores, mas o início de um processo que levava

se à instauração do socialismo. É um momento em que o MFA é cada vez mais confrontado com a opção de defender os interesses das massas trabalhadoras e possibilitar a criação de condições para a sua organização, ou deixar-se instrumentalizar pela burguesia de um modo autoritário ou mais «democrático».

Nos quartéis, muitos comandos tentam opor-se às lutas dos soldados continuando a dizer que o Exército é apolítico e impedindo qualquer reunião,



ou então tornam-se «democráticos» satisfazendo tudo o que lhes é solicitado, para mais facilmente deixar transformar a unidade num caos, seja porque têm medo de ser «saneados», seja para diminuir a capacidade de defesa face às iniciativas da direita. O conflito que melhor exemplifica es-



ta fase da luta foi o que se verificou entre os comandos da EPI e os cadetes do 1.º ciclo do COM, que acabam por ser mandados de licença registada e assim silenciada a sua luta contra a hierarquia reaccionária.

## 11 DE MARÇO

Ainda antes do 11 de Março se realizam em algumas unidades da RML (Ra-

lis, por exemplo) as 1.ªs assembleias de unidade, e que viriam a originar as Assembleias de Delegados de Unidade (ADU's), alguns dos quais eleitos, nas baterias ou companhias. Com a clarificação do processo após o 11 de Março estas assembleias viriam a ser institucionalizadas pelo CR em 23 de Março.

Inicia-se então um verdadeiro processo de democratização da vida nos quartéis, com a generalização da prática da discussão e reunião, com o tratamento idêntico entre militares, com a abolição de muitos privilégios que só aos oficiais cabiam, etc.

Iniciam-se os primeiros contactos organizados com as comissões de trabalhadores e de moradores, e lançam-se as primeiras «assembleias populares» mesmo antes da aprovação do Documento da Aliança Povo-MFA, coloca-se a perspectiva do «exército popular» como meta a atingir.

Vive-se nos quartéis um ambiente de intensa actividade política, com perfeita consciência dos perigos da luta partidária, mas com a consciência também de que o combate ao inimigo fascista não se poderia compadecer com a apoliticidade dos quartéis.

nham defendido posições progressistas. Os resultados das eleições burguesas levam-nos a esconder a



uma posição de classe, na procura de soluções «pluralistas» que mais não são que a institucionalização da democracia burguesa. Renascem as suas esperanças de verem colocada a velha questão do regresso às casernas. O clima de agitação reaccionária a que o PS abriu as portas deu oportunidade a muitos oficiais reaccionários de se insubordinarem e assim contribuir para o agravamento desse clima de forma a exercerem uma série de manobras de pressão que levaram ao «pronunciamento de Tancos», primeira machadada no processo revolucionário, e 1.º acto do golpe reaccionário em marcha.

## OS SUV

Os soldados perante a ofensiva em marcha, no aparelho militar adoptam uma tática ofensiva lançando os seus próprios órgãos autónomos de poder popular — as comissões de soldados, de forma a construir a alavanca do poder operário dentro dos quartéis e construindo estruturas de trabalho clandestinas que pudessem resistir à ofensiva reaccionária dentro dos quartéis — os SUV. Entra-se no confronto aberto, reflexo do que se passava no exterior dos quartéis nomeadamente a ofensiva do VI GP, contra os interesses dos trabalhadores.

## 25 «NOVEMBRO»

Este trabalho de organização autónoma está ainda numa fase de lançamento. E a burguesia tinha consciência disso. Longe de ter sido uma aventura ou golpe, da esquerda militar ou da esquerda revolucionária, o 25 de Novembro culminou uma ofensiva reaccionária no campo militar em que os soldados das unidades progressistas não estavam ainda preparados para neutralizar. Este 2.º

acto do golpe reaccionário, demonstra bem qual era o seu objectivo ao expulsar dos quartéis os milhares de

soldados que adquiriam a consciência política da sua força, e dessa forma esmagar à nascença a sua organização.

Os comandos das FA são de novo entregues a militares de direita, os que sempre pugnam pelo regresso aos quartéis e levaram a cabo a sua profissionalização já iniciada com a admissão de «voluntários» e «mercenários». Militares revolucionários que se colocaram ao serviço da luta dos explorados e oprimidos são presos e perseguidos.

Os soldados tinham aprendido a não reprimir o povo mas não tinham ainda aprendido a defendê-lo. É que defender o povo presuppõe uma direcção revolucionária que leve até às últimas consequências a sua defesa face ao golpe do inimigo de classe e que o destrua.

A inexistência de uma direcção revolucionária, assim como o peso das forças reformistas, levou consequentemente ao desarme e à incapacidade de defesa do movimento popular do ataque do inimigo deixando aqueles que, mesmo numérica e militarmente superiores, apenas conseguiram uma resposta descoordenada e asse e heróica (Ralis, PM, «Páras», etc.)

Mas a luta não pára... mas é dura...

O sangue já correu no seio do povo e provocado pelas balas assassinas das forças reaccionárias. Militares revolucionários estão presos. Mas nada disso é em vão.

A resistência antimilitarista e popular organiza-se preparando-se para criar condições para retomar a ofensiva que levará à construção de um exército popular e à instauração do poder popular e do socialismo.

Libertação imediata dos revolucionários presos!



# Angola:

Extractos de uma entrevista do presidente Agostinho Neto à revista «Afrique-Asie» (n.º 99, de 11 de Janeiro de 1976).



«Esta agressão foi cuidadosamente preparada pelos colonialistas portugueses, que assistiram sem reagir à invasão zairense, que fizeram acordos com a África do Sul e que, mais uma vez, assistiram passivamente à invasão sul-africana.»

«A preparação desta agressão servia os interesses dos meios imperialistas e fascistas portugueses, representados por alguns dos homens que estão hoje no Poder em Portugal. Estamos certos que, se Portugal tivesse agido diferentemente, o nosso país não seria hoje vítima de uma agressão.»

«O facto de certos países não nos terem reconhecido não nos inquieta excessivamente. Quer eles queiram ou não, nós existimos, e mais tarde ou mais cedo, serão estabelecidas relações diplomáticas.»

«Portugal sempre tentou entravar o nosso processo de independência e a liberdade do povo angolano; preparou numerosas conspirações para nos impedir de sermos verdadeiramente independentes. Desde os acordos da ilha do Sal — onde Spínola, Mobutu e outros decidiram a partilha de Angola — até às invasões do Zaire e da África do Sul. Tudo isto foi feito com o conhecimento dos actuais dirigentes de Portugal e nós não o poderemos facilmente esquecer.»

«Dito isto, quero sublinhar muito claramente que nós fomos sempre amigos do Povo português, que nós apoiámos sempre os meios progressistas e as classes trabalhadoras portuguesas, e que neste momento nós estamos solidários com todos aqueles que foram metidos na prisão por terem querido defender a democracia em Portugal.»

# Moçambique: os últimos acontecimentos

Retirado da revista "O TEMPO"

De 10 a 13 de Dezembro de 1975 em Lourenço Marques reuniram-se os membros do Estado Maior Geral com mais de 3500 quadros das Forças Populares de Libertação de Moçambique e com 5000 combatentes das várias províncias presidindo Samora Machel.

— A reunião tinha como objectivo analisar a acção do inimigo e as formas que reveste a luta de

classes depois de proclamação da Independência e na base do estabelecimento da Democracia Popular em Moçambique.

— Neste contexto a reunião estudou os comportamentos estranhos surgidos no seio das F.P.L.M. e tendentes a romper a unidade entre as F.P.L.M. e o povo, entre os combatentes e a classe trabalhadora.

## A SITUAÇÃO DO INIMIGO NA REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

— Quando o inimigo constatou que a sua guerra de repressão colonial se encontrava condenada a uma derrota inevitável, de par com a intensificação e a internacionalização da agressão acentuou as formas de subversão ideológica e moral do povo e dos combatentes.

O objectivo desta subversão era garantir, que mesmo com a independência Nacional, os interesses fundamentais do capitalismo e do imperialismo fossem salvaguardados.

Simultaneamente através da chamada promoção económica social, o inimigo pretendeu criar uma camada social moçambicana que se identificasse aos interesses da burguesia. A burguesia apresenta-se por isso com duas facas: a burguesia colonial desacreditada porque comprometida com o colonialismo e por isso impedida de agir abertamente, e a burguesia interna composta por moçambicanos, que embora debil economicamente aspira a reforçar as suas posições, aliando-se com a burguesia colonial e com o imperialismo de quem é inteiramente dependente.

O recurso a uma agressão vinda do exterior não lhe seduz neste momento porque ele está consciente de que desencadear uma guerra de agressão conduziria a uma guerra popular generalizada a toda a África Austral, o que provocaria o aniquilamento final do imperialismo nesta zona do continente.

— Resta a subversão que cria as condições favoráveis a uma agressão das forças reaccionárias no plano interno e internacional.

Em Moçambique ainda domina sobretudo ao nível das cidades, a concepção burguesa da sociedade, os seus valores, entre os quais a ambição económica e social, o espírito de elite, o

desprezo pelas massas e a vontade de se elevar acima delas, o espírito de concorrência, o engodo permanente pela conquista de mais bens materiais para exibição social e conforto.

Por esta razão a destruição da cultura colonial-capitalista, a ruptura com os gostos e valores decadentes da burguesia, são uma condição indispensável para o progresso revolucionário em curso. Não se trata de uma batalha menor, mas sim de um combate fundamental para que triunfe a nossa personalidade moçambicana, os novos gostos e os novos valores que correspondem aos interesses da classe trabalhadora. Trata-se de opor a nossa concepção do mundo à deles; trata-se de demarcar a nossa maneira de ser da maneira de ser do inimigo. É um combate constante que se estende a todos os detalhes do quotidiano. A destruição dos vestígios do colonialismo significam eliminar as concepções ideológicas da burguesia no nosso país. O aniquilamento dos instrumentos ideológicos de que o imperialismo e o capitalismo dispõem para sobreviver no nosso país.

## AS FORÇAS POPULARES NA BATALHA DE CLASSE

— A 4.ª Conferência do Departamento de Defesa deu-nos a palavra de ordem de «Vencer a batalha de classe».

— As forças populares têm participado activamente no combate contra a corrupção que constitui um dos principais valores da burguesia e fornece um campo fértil para a sua acção. As forças populares têm sido elemento fundamental, na mobilização da sociedade inteira para participar no trabalho manual, o que destrói nomeadamente a contradição criada pelo capitalismo: entre os trabalhadores do campo e da cidade, entre ao mesmo tempo os trabalhadores manuais e intelectuais, e cons-trói o espírito de trabalho



colectivo e introduz relações sociais de tipo novo.

As forças populares têm-se engajado activamente no combate das zonas rurais para instaurar o Poder da aliança operário camponesa no campo. As forças Populares de Libertação de Moçambique, têm cumprido com coragem a missão de defesa de soberania, zelando para que as nossas fronteiras se mantenham invioláveis.

— A natureza de classe das Forças Populares de Libertação de Moçambique e a sua acção consequente pela defesa da Democracia Popular moçambicana transformou as forças populares num dos alvos principais do ódio inimigo e da sua acção subversiva.

— Explorando a ambição, jogando com o tribalismo, regionalismo e racismo, seus instrumentos principais desde sempre, suscitando conflitos religiosos, o inimigo procura por um lado dividir os combatentes e por outro opô-los à população.

— Particularmente pérfida é a campanha destinada a criar contradições entre as F.P.L.M. e a base social da revolução — as classes trabalhadoras de onde provêm os próprios combatentes.

— Outros elementos menos conscientes sob a inspiração ideológica da burguesia confundem a vitória popular com a possibilidade de satisfazer os gostos e interesses egoístas e consideram o luxo e a depreciação como um direito conquistado pela participação na luta.

No conjunto, por falta de visão política, esses elementos ficam cegos perante as conquistas revolucionárias e utilizam como critério de progresso a ideia burguesa da aquisição de bens materiais individuais em quantidades sempre crescentes.

## RECTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO E DEPURACÃO DAS FILEIRAS

— Para prosseguirmos com vigor e vitoriosamente a luta de classes em que estamos empenhados, para reforçarmos a unidade no nosso seio e com as massas populares, condição indispensável para o sucesso da presente batalha, importa rectificarmos o nosso comportamento e depurar as nossas fileiras de todos

os que não estejam a altura de assumir a missão de assumir a missão de servidores do partido e da classe trabalhadora.

É a consciência política aguda, é a consciência de classe que nos conduz a demarcarmos-nos do inimigo, vivermos a nossa linha, servirmos as massas. A prática demonstrou que a elevação do moral combativo depende directamente da elevação da consciência política do combatente.

— Cada unidade deve consagrar o mínimo de doze horas semanais, distribuídas ao longo da semana, ao estudo da linha política da Frelimo, à crítica e autocrítica individuais e colectivas, à síntese das experiências adquiridas.

— Ao nível de cada Companhia e pelotões destacados deve-se organizar uma campanha enérgica para a liquidação do analfabetismo e para a elevação do nível literário dos combatentes e quadros.

O mínimo de uma a duas horas diárias devem ser consagradas ao estudo literário e científico.

— Igualmente, todos os dias duas a três horas deverão ser consagradas a actividades de produção nomeadamente a agropecuárias.

— Para que todos os componentes de uma unidade participem nestas actividades convém que as forças de patrulha ou guarânia sejam permanentemente revesadas, o que também impedirá o aparecimento de espírito de rotina ou manifestações de ociosidade das forças destacadas.

As massas populares devem apoiar-nos a depurar as nossas fileiras e a elevar continuamente o nosso sentido de vigilância.

— Nesta batalha em que o nosso povo se encontra engajado sob a direcção da Frelimo, as F.P.L.M., são chamadas a desempenhar um papel de vanguarda combatente sob a direcção do partido, para isso devemos levar a cabo a tarefa de: **ARMARMO-NOS IDEOLOGICAMENTE, REFORÇARMOS A NOSSA DISCIPLINA, DEPURARMOS NOSSAS FILEIRAS E ASSIM CONSOLIDARMOS A NOSSA UNIDADE DE CLASSE.**

# GRAMSCI - a estrutura partidária e o seu funcionamento

## A ESTRUTURA DO PARTIDO

**Gramsci distingue no seio do partido três grupos fundamentais: os capitães, os cabos e os soldados.**

1. Os soldados são os que alguns chamam a massa ou os militantes de base. Gramsci não faz deles uma ideia mística. Ele baseia-se numa constatação de facto: os simples militantes, como tais, não são nem pensadores originais, nem grandes organizadores. Estes últimos constituirão o Estado Maior do partido que terá precisamente por papel disciplinar, educar os soldados a fim de que estes últimos possam realizar, ao seu nível, tarefas educativas e organizadoras.

«Sem eles (os militantes de base), o partido não existiria», pois Gramsci estuda aqui a estrutura do partido de tipo marxista-leninista e não a estrutura dos partidos «de elite».

Mas, correlativamente, o partido não existiria unicamente com eles.

«Eles constituem uma forma na medida em que existam homens que os centralizem, os organizem, os disciplinem, mas na ausência desta força de coesão, eles dispersar-se-iam e destruir-se-iam numa poeira impotente».

Gramsci opõe-se assim a todas as teorias baseadas na espontaneidade das massas, a todas as formas de anarquismo: as massas, mesmo a sua parte mais consciente, não podem levar a cabo uma acção permanente e contínua se não são enquadradas por uma organização muito estruturada. Esta permanência e esta continuidade só podem ser asseguradas por um partido centralizado por um Estado Maior poderoso. As massas por si mesmas, não podem senão provocar movimentos esporádicos de revolta depressa reprimidos pelas classes dirigentes: estas explosões de cólera não são senão curtos interlúdios dum longo e profundo silêncio.

Gramsci não quer negar que cada militante possa tornar-se capitão. Ao contrário, a função dos capitães é de educar a massa para que ela produza o maior número possível de dirigentes. Mas os soldados como grupo do partido, não podem ser capitães: afirmar que as massas são e podem ser o estado maior seria cair na pior forma de anarquismo e visar a destruição do partido.

2. Os capitães constituem:

«o elemento principal de coesão que centraliza no plano nacional, que torna eficaz e poderoso um conjunto de forças que, abandonadas a elas mesmas, seriam um zero ou pouco mais; este elemento é dotado duma poderosa força de coesão, que centraliza e disciplina, e igualmente — sem dúvida por causa disso — inventa (se tomarmos «inventar» numa determinada direcção, seguindo determinadas linhas de força, determinadas perspectivas, mesmo determinadas premissas)».

A estes capitães, Gramsci chama-lhes, noutros sítios, o estado-maior do partido. Ele é constituído por «grandes» organizadores, estratégias, teóricos, etc. Os capitães elaboram a linha política do partido, apoiando-se na classe operária, tendo em conta as relações nacionais e internacionais; eles exprimem, desenvolvem e explicitam a visão do mundo que corresponde ao lugar e à função do proletariado no seio da sociedade.

**Mas os capitães não poderão exercer eficazmente as suas funções de estratégia e de pensador do proletariado se eles não forem também os organizadores.** Gramsci admite a possibilidade e mesmo a eficácia duma certa divisão do trabalho no seio do estado-maior. Mas o teórico, para não cair no arbitrário, deve estar estreitamente ligado ao organizador, e o conjunto dos capitães é estreitamente unido à classe operária. Senão, existe o risco de que o pensamento se afaste progressivamente dos problemas e das preocupações da classe operária, das questões de organização e de acção: a teoria desliga-se então da prática e torna-se num jogo puramente individual para dilettantes.

Os capitães constituem o centro dirigente do partido. Todas as outras instâncias do partido devem obedecer às suas directivas de maneira disciplinada. Durante os anos 1925-26, Gramsci, à frente do P. C. I., conduziu uma polémica muito dura contra o «fraccionismo» de Bordiga.

«A tutela da minoria exerce-se no seio do Comité Central; ela é pois, por este facto, reconhecida como uma corrente de opinião difundida em determinados sectores do partido. Ela terá os seus representantes nas comissões que

elaborarão as teses; ela poderá apresentar as emendas que julgar oportunas, etc. No entanto o «reconhecimento» da minoria não inspirará nunca medidas que vão contra a coesão do partido ou que limitem o processo de formação «orgânica» — e não «parlamentar» — do seu centro dirigente. A integridade desta coesão e a continuidade deste processo estão assegurados se a Central não se suprime como organismo que tem um pensamento, uma vontade, um poder».

3. Os cabos formam o elemento

«intermédio que deve articular o primeiro ao segundo elemento, põ-los em relação por um contacto não unicamente «físico» mas moral e intelectual».

**Contacto físico:** eles são os canais pelos quais as direcções vão do cume à base e pelos quais as informações das actividades das diferentes secções chegam ao Comité central. **Contacto moral e intelectual:** eles educam, disciplinam e formam os simples militantes segundo os programas fixados pelo estado-maior e impedem este de se separar daqueles informando-o das suas preocupações, dos seus sentimentos, das suas atitudes, etc. Os cabos são pois os quadros subalternos do partido.

Historicamente, o segundo elemento (os capitães) forma-se sempre antes dos dois outros. Gramsci não quer dizer com isso que as revoltas populares contra o regime não possam surgir na ausência de capitães. Mas estes movimentos tomarão uma forma anárquica e serão rapidamente reprimidos se não houver um partido apto a canalizar e a dirigir esta revolta. Estes movimentos espontâneos são, além disso, necessários na medida em que constituem um dos meios pelos quais a classe operária vive as suas experiências históricas que permitirão em seguida aos futuros capitães encontrar o húmus donde nascerá e no qual se desenvolverá o partido.

Se, historicamente, os capitães precedem os outros elementos e são frequentemente de origem não proletária, estruturalmente, existe, num partido são, um vai e vem entre os três elementos. Por um lado, os capitães formam os cabos como o seu meio de expressão normal, e estes fazem o mesmo em relação

aos simples militantes. Por outro lado, os capitães organizam os cabos que organizam, por sua vez, os simples militantes. Temos de um lado a democracia interna do partido, doutro, o seu carácter orgânico, centralizado, disciplinado. A conjunção destes dois movimentos constitui aquilo a que se chama o centralismo democrático.

## FUNCIONAMENTO DA ESTRUTURA DO PARTIDO

Evidentemente não pode existir democracia no seio do partido se aquilo que distingue os capitães dos soldados não repousa estritamente sobre uma divisão técnica do trabalho, mas igualmente numa cisão de classes. A disciplina à qual estão submetidos os dirigidos é então puramente uma imposição extrínseca e coerciva; ela é um instrumento de dominação e não um instrumento necessário de direcção. Uma tal disciplina serve de freio à classe operária impedindo-a de desenvolver a sua própria concepção do mundo e de impor à sociedade um movimento progressivo e libertador: ela é um instrumento da ordem burguesa e não um meio de luta em favor da sociedade sem classes. Esta situação, produziu-se, diz Gramsci, no partido socialista italiano: os seus dirigentes, cuja origem e posição de classe eram pequeno-burguesas, foram o instrumento pelo qual a burguesia exerceu a sua influência nas massas populares.

**Quanto à disciplina, quando se exerce no seio de um grupo socialmente homogéneo, ela é um instrumento de ordem democrática e de liberdade. Esta disciplina não deve todavia ser concebida como uma execução mecânica das instruções, mas como uma assimilação lúcida e consciente das directivas traçadas pelo estado-maior.** Por consequência, ela não anula a personalidade, mas limita o arbitrário e a impulsividade irresponsáveis. Ela desenvolve a personalidade dos militantes favorecendo a interiorização do saber e da moral revolucionária, isto é provocando a formação duma consciência revolucionária.

Além disso, a disciplina será fonte de liberdade na medida em que os militantes terão participado nas discussões que devem orientar a vida do partido:



a democracia interna do partido mede-se pelo maior ou menor grau de participação dos elementos de base na discussão e na determinação da linha de acção, assim como na eleição dos dirigentes, os quais deverão vigiar se as decisões tomadas são aplicadas. Estas discussões elevam a consciência das massas. Nas dificuldades de luta ou na altura de fracassos momentâneos, elas permitirão o estabelecimento de acordos duráveis que impedirão tornar a discutir as decisões tomadas em comum. Elas favorecem uma disciplina livremente assumida na medida em que as regras comuns e obrigatórias foram discutidas e aprovadas anteriormente. Esta participação nas discussões é pois um dos meios essenciais de educação intelectual e moral dos militantes e faz da disciplina um instrumento de libertação.

**Evidentemente, esta dialéctica entre o centralismo e a participação variará com as condições concretas.** Quanto menos a capacidade política dos simples militantes for elevada, mais a Central deve intervir firmemente nas discussões, em certas questões respeitantes às organizações locais, etc.

**Quando a disciplina é aplicada pelo estado-maior como meio de enriquecimento e quando ela é assumida livremente pelos soldados, temos o centralismo democrático. Mas existe sempre o perigo que o centralismo se cristalize e se esvazie do seu conteúdo para se tornar burocrático.**

«A burocracia é a força rotineira e conservadora mais perigosa; se ela acaba por constituir um corpo solidário e à parte, sentido-se independente da massa, o partido acaba por se tornar anacrónico, e nos momentos de crise aguda, ele chega a estar privado

do seu conteúdo social e fica como construído no vazio».

Para impedir este perigo sempre renascente, é necessário mergulhar esta burocracia numa grande camada média de quadros dinâmicos. E é necessário sobretudo que a massa, educada por estes, dê provas de iniciativa e de responsabilidade, isto é, que tenha atingido uma maturidade política.

O partido perseverará no centralismo democrático na medida em que ele realizar um equilíbrio proporcional entre os seus três elementos: os capitães, os cabos e os soldados. Mas este equilíbrio não deve ser tomado unicamente ao nível quantitativo. Ao nível qualitativo, cada elemento deve exercer a função que lhe é própria, senão, mesmo proporções quantitativamente equilibradas não podem impedir a burocratização do partido.

A vida interna do partido não é apenas importante em si mesma: é o grau de homogeneidade e de consciência do partido que o tornará apto a dirigir a classe operária e a exercer, por seu intermédio, a hegemonia sobre a classe camponesa:

«A função hegemónica ou de direcção política dos partidos pode ser avaliada pela sua própria vida interna (...). Na vida dos partidos a necessidade tornou-se já liberdade. Deste facto nasce o enorme valor político (isto é de direcção política) da disciplina interna do partido, e portanto o valor de uma tal disciplina como critério para avaliar as capacidades de expansão dos diversos partidos».

**Nota: as citações são de Gramsci.**

in — «Pensamento Político de Gramsci» de J. M. Pottle.

# CLARP

## Comité para a Libertação dos Antifascistas e Revolucionários Presos



### 1 MANIFESTO

1. Em face do avanço do movimento popular e das conquistas alcançadas pelas massas trabalhadoras, a direita e o imperialismo necessitavam urgentemente de restaurar o seu poder dia após dia mais abalado. O golpe militar do 25 de Novembro, monstruosa provocação cuidadosamente preparada pela direita militar e civil, vem permitir-lhe realizar esse objectivo.

monopoliza a Rádio e a TV, saneia e suspende trabalhadores, exerce uma apertada censura, usa a mentira e deturpa os acontecimentos no sentido de mais facilmente enganar o povo. Tudo isto em nome do «pluralismo».



2. Prendendo ou afastando os militares revolucionários, dissolvendo por inteiro regimentos progressistas, licenciando milhares de soldados, proibindo toda e qualquer organização democrática nos quartéis, as forças da direita recuperaram o principal instrumento necessário à sua dominação: **umas forças armadas disciplinadas, dóceis, submissas, prontas a intervir sem discussão na defesa dos interesses dos exploradores e contra as conquistas do povo.** A partir de agora podem dedicar-se à função que o capital e o imperialismo lhe apontam: as buscas, as rusgas, as prisões arbitrárias e selectivas estão na ordem do dia. A repressão, o terror, a transformação das liberdades democráticas numa farsa, têm constituído desde sempre o projecto político mais consequente do Estado capitalista em Portugal. Retomá-lo é o objectivo dos partidos e forças no poder. Não é pois de estranhar que a linguagem dos mais recentes comunicados oficiais — nomeadamente os do Estado Maior do Exército — recorda demasiado a do SNI do fascismo. Nem sequer as expulsões e perseguições aos estrangeiros (isto é, aos antifascistas e revolucionários aqui exilados, nosso camaradas, nossos companheiros, nossos irmãos) estão ausentes de Portugal depois de 25 de Novembro.



— Conferência de Imprensa do C.L.A.R.P.  
ler na pág. 3



3. A direita precisa a todo o transe de restaurar a economia capitalista. Só tem para tal uma única via — a **antipopular**, à custa dos trabalhadores: aumentos de preços, inflação, congelamento dos salários, aumento dos ritmos e cargas de trabalho. Militarizar o trabalho, destruir a organização democrática das fábricas, esvaziar de conteúdo o controlo operário, expulsar o povo das casas e terras ocupadas é o único plano económico da direita portuguesa, que o povo já começou a sentir.



4. Para levar a cabo a sua ofensiva ela necessita de um suporte ideológico: nessa medida, silencia a informação progressista (Renascença, «República» e outros)



5. A luta contra a repressão é hoje a frente prioritária da luta antifascista, pela democracia, contra a exploração e contra o imperialismo e exige a coordenação e centralização de actividades e iniciativas. **A frente actual dessa luta reside pois, na batalha pela libertação dos militares e civis antifascistas e revolucionários presos a partir do 25 de Novembro.** CLARP pretende ser o 1.º passo



nesse sentido. A luta pela libertação e pela reintegração dos camaradas presos permite denunciar ao povo a actual onda repressiva que se propõe desarmar as massas populares e os antifascistas, abrindo o caminho ao fascismo, ao regresso a 24 de Abril. A hora é hoje, mais do que nunca, de grande unidade revolucionária antifascista.

6. O CLARP pretende levar ao conhecimento de todo o povo, dos trabalhadores, dos operários e camponeses, dos soldados e marinheiros, dos oficiais e sargentos revolucionários antifascistas, a informação que, a partir de 25 de Novembro, a Imprensa, sob controlo do novo poder reaccionário, não publica ou deturpa premeditadamente.

O CLARP desenvolverá uma acção de propaganda visando denunciar a prisão de homens que dentro das Forças Armadas e do MFA se bateram pela defesa dos interesses do povo, fomentaram a organização popular, defenderam posições progressistas e revolucionárias, e que agora são alvo de miseráveis mentiras e calúnias e infamemente acusados de terem feito um golpe militar contra-revolucionário. O CLARP procurará esclarecer o povo português acerca do verdadeiro significado e dos objectivos políticos dessas prisões, feitas por um poder que liberta os carrascos da PIDE e da Legião e reabilita como heróis os fascistas e os conspiradores do 28 de Setembro e do 11 de Março.

O CLARP considera que a defesa dos militares e civis antifascistas e revolucionários presos não pode circunscrever-se a uma mera defesa legalista já que o golpe de 25 de Novembro foi feito pelas forças civis e militares da direita apoiada pelo imperialismo internacional.

A luta pela libertação dos revolucionários presos deve ter um sentido político preciso que leve em conta que o processo do 25 de Novembro não é um processo de justiça militar, mas um processo político e ideológico em que está em causa todo o processo revolucionário, as conquistas do povo, as suas organizações de classe e a liberdade de propaganda e organização do povo sob todas as formas. Por isso, é uma luta que diz respeito à classe operária e a todo o povo, aos democratas e a todos os revolucionários que se devem organizar, erguendo o seu protesto e a sua luta, fazendo do processo pela libertação dos militares e civis antifascistas e revolucionários presos uma parte essencial do processo da sua própria libertação.



7. O CLARP lutará para impulsionar a **organização de comissões de luta nos locais de trabalho, de habitação e outros**, que desenvolvam formas de luta (tais como debates colectivos de esclarecimento e informação, boletins e jornais de parede e outras acções de massas) onde se unam todos os trabalhadores, todos os democratas e antifascistas, que conduzam pela sua acção sistemática à libertação de todos os revolucionários presos.

Lisboa, 10 de Janeiro de 1976  
COMITÉ PARA A LIBERTAÇÃO DOS ANTIFASCISTAS E REVOLUCIONÁRIOS PRESOS